FACULDADE UNIFTC JUAZEIRO

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA AUTOMEDICAÇÃO NA TERCEIRA IDADE EM POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DA BAHIA, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (2015-2025)

Juazeiro – BA

2025

LUANY GONÇALVES SILVA - ENFERMAGEM

CARLA DANIELLE DA PAIXÃO ALMEIDA - FARMÁCIA

NAIARA LUCI PASSOS MOREIRA- FARMÁCIA

ARLITA NEVES DE OLIVEIRA – FARMÁCIA

RONIFABIO RODRIGUES COELHO JUNIOR – ENFERMAGEM

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA AUTOMEDICAÇÃO NA TERCEIRA IDADE EM POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DA BAHIA, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (2015-2025)

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção de nota na disciplina de TCC 2 da Faculdade UNIFTC de Juazeiro

Orientador: Dr. Jorge Messias Leal do Nascimento

Juazeiro – BA

2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

2 MATERIAIS E MÉTODOS 7

2.1 DESENHO DO ESTUDO 7

2.2 LOCAL DO ESTUDO 8

2.3 POPULAÇÃO DO ESTUDO 9

2.4 AMOSTRA E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE 9

2.5 ESTRATÉGIA DE OPERACIONALIZAÇÃO 9

2.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 10

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 10

3.1 ANÁLISE ESPACIAL, TEMPORAL E PERFIL ETÁRIO-SEXUAL DAS NOTIFICAÇÕES DE INTOXICAÇÃO POR AUTOMEDICAÇÃO 10

3.2 ASPECTOS CLÍNICOS E DESFECHOS DAS NOTIFICAÇÕES DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA POR AUTOMEDICAÇÃO 17

4 CONCLUSÃO 25

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 25

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA AUTOMEDICAÇÃO NA TERCEIRA IDADE EM POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO ESTADO DA BAHIA, NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (2015-2025)

Arlita Neves De Oliveira [1]; Carla Danielle Da Paixão Almeida [1]; Luany Gonçalves Silva [2]; Naiara Luci Passos Moreira [1]; Ronifabio Rodrigues Coelho Junior [2]; Emanuela Lima dos Santos[1]; Lilian Filadelfia dos Santos Leal[2]; Jorge Messias Leal Do Nascimento[3]

[1]Discentes do curso de Farmácia e Enfermagem da Faculdade UNIFTC Juazeiro-BA
[2]Docente dos cursos da Faculdade UNIFTC Juazeiro-BA. E-mail: jorge.nascimento@ftc.edu.br
[3]Docente dos cursos de Saúde da Faculdade UNIBRAS Juazeiro-BA. E-mail: lilian.f.leal@gmail.com
[4]Docente do curso de Enfermagem da Faculdade UNIFTC Juazeiro-BA. E-mail: emanuela.santos2@ftc.edu.br

RESUMO: A automedicação é um importante problema de saúde pública, entre idosos, por estar associada a intoxicações, diagnósticos equivocados, complicações clínicas e resistência antimicrobiana, sendo influenciada por fatores sociais, econômicos e de acesso aos serviços de saúde, além da ampla disponibilidade de medicamentos sem prescrição, principalmente em indivíduos idosos. Assim o estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico da automedicação em idosos nos 28 municípios da Macrorregião Norte da Bahia, entre 2015 e 2025. Trata-se de um estudo qualiquantitativo, baseado em dados secundários do TabNet/DataSUS, organizados segundo variáveis sociodemográficas, clínicas e de acesso aos serviços de saúde, complementado por análise qualitativa da literatura sobre a atuação multiprofissional na prevenção da automedicação. Foram identificadas cinco notificações (n = 5; 100%) de intoxicação exógena associada à automedicação medicamentosa, distribuídas em quatro municípios: Juazeiro, Abaré, Curaçá e Paulo Afonso. Todos os casos ocorreram em idosos, com predomínio das faixas de 65–79 anos (n = 4; 80%) e do sexo feminino (n = 3; 60%). As exposições foram majoritariamente agudas (n = 4; 80%), com evolução favorável (n = 3; 60%), sem internações ou óbitos. Conclui-se que, embora os registros indiquem perfil leve e autolimitado, o número reduzido de notificações sugere subnotificação expressiva, possivelmente relacionada à não identificação ou ausência de registro de casos leves. A carência de campos sobre atuação limita a análise assistencial, evidenciando a necessidade de ações integradas para prevenir a automedicação e promover o uso racional de medicamentos entre idosos.

Palavras-chave: Medicação; Idosos; Perfil epidemiológico; Saúde pública.

1 INTRODUÇÃO

Os medicamentos representam bens sociais amplamente utilizados pela população, sendo seu consumo influenciado por uma multiplicidade de fatores. Entre esses fatores, destacam-se o aumento da expectativa de vida, a maior prevalência de doenças crônicas, o surgimento de novas e antigas doenças transmissíveis, além de transtornos relacionados ao humor e enfermidades resultantes da degradação ambiental e mudanças climáticas. Ademais, o investimento financeiro significativo por parte do governo para assegurar o acesso universal aos serviços de saúde tem ampliado a disponibilidade desses recursos (Arrais *et al.*, 2016).

Embora os benefícios dos medicamentos sejam inegáveis, a prática da automedicação tem se revelado um fenômeno global em ascensão, especialmente em comunidades com acesso limitado a serviços de saúde (Arrais *et al.*, 2016; Baracaldo-Santamaría *et al.*, 2022; Vargas *et al.*, 2022; Mendoza *et al.*, 2025).

A facilidade de aquisição de medicamentos sem prescrição e a falta de informações adequadas contribuem para esse comportamento, gerando riscos à saúde pública, como intoxicações, reações adversas e, particularmente, o aumento preocupante da resistência antimicrobiana. É demonstrado que a automedicação está associada a uma série de problemas de saúde pública, com uma variedade causal, mascarando doenças subjacentes e ao aumento da morbidade, não havendo consenso sobre sua definição (Baracaldo-Santamaría *et al.*, 2022).

A ausência de um consenso conceitual sobre a definição de automedicação, conforme indicado pela literatura, representa um desafio adicional para a formulação de políticas de controle eficazes (Baracaldo-Santamaría *et al.*, 2022). As razões que impulsionam essa prática são múltiplas, variando desde a dificuldade de acesso a serviços de saúde até a influência da desinformação disseminada por mídias e redes sociais (Vargas *et al.*, 2022).

A facilidade de acesso a medicamentos em farmácias, muitas vezes sem a necessidade de receita, associada a campanhas publicitárias amplamente difundidas, intensifica o problema. A automedicação inadequada pode levar a terapias errôneas, diagnósticos perdidos, atrasos no tratamento correto e complicações associadas à resistência antimicrobiana, conforme observado em estudos realizados em outros contextos globais (Rathod *et al.*, 2023).

A busca por soluções rápidas e econômicas para problemas de saúde comuns torna essa prática atrativa para muitos indivíduos. Nessa perspectiva, a Internet pode apresentar uma influência ambígua, pois ao mesmo tempo que facilita o acesso à informação, levanta preocupações sobre a qualidade e a segurança das orientações seguidas pelos usuários (Ansari, 2018).

O fenômeno da automedicação, portanto, é alimentado não apenas por fatores econômicos e sociais, mas também pela fácil disseminação de informações não especializadas, muitas vezes inadequadas, que induzem os indivíduos a seguir práticas médicas sem orientação profissional (Santos *et al.*, 2019).

O baixo nível de literacia em saúde da população, aliado à prática frequente de desrespeitar a obrigatoriedade da prescrição, agrava o problema da automedicação, especialmente nos países desenvolvidos, onde a oferta de medicamentos de venda livre tem aumentado. Nesse contexto, os profissionais de saúde, em particular enfermeiros e farmacêuticos, são preponderantes na educação da comunidade (Amaral *et al.*, 2019).

A atuação desses profissionais deve focar na conscientização dos indivíduos para a prática responsável da automedicação, oferecendo orientações técnicas embasadas e promovendo a consulta a profissionais habilitados (Amaral *et al.*, 2019). A literatura enfatiza, ainda, a relevância da atuação multiprofissional como estratégia promissora para a prevenção e controle da automedicação, destacando que a integração entre diferentes áreas da saúde permite o desenvolvimento de campanhas educativas e intervenções mais abrangentes e eficazes (Oliveira *et al.*, 2020).

Além das ações educativas, é preciso reconhecer as limitações estruturais que comprometem a vigilância e o controle da automedicação. Apesar do consenso sobre seus riscos, sobretudo entre idosos, persistem lacunas quanto à ocorrência e à efetividade das estratégias de prevenção. Em municípios interioranos, a fragilidade dos sistemas de informação dificulta medir o real impacto do problema, reforçando a necessidade de fortalecer a vigilância e o uso racional de medicamentos.

Nesse sentido, este estudo parte da seguinte questão norteadora: quais são as características epidemiológicas da automedicação entre idosos em 28 municípios do norte baiano. Considera-se a hipótese de que a automedicação nessa população, no contexto interiorano é influenciada por fatores sociais e relacionados ao acesso aos serviços de saúde, podendo ser mitigada pela integração de diferentes profissionais da saúde.

Assim, o estudo teve como objetivo geral caracterizar o perfil epidemiológico da automedicação em idosos nessas cidades, a partir de dados secundários do DataSUS/TabNet (2015-2025).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Desenho do Estudo

Trata-se de uma abordagem transversal, de natureza descritiva (Estrela, 2018), que combina análise de dados secundários e pesquisa com enfoque qualitativo. A investigação abrangeu os 28 municípios que compõem a macrorregião Norte da Bahia, definidos com base em critérios populacionais e de referência regional. A delimitação territorial seguiu a classificação oficial disponibilizada pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) (http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/result_macroch.asp?MACRO=NORTE) (Tabela 1), contemplando o período de 2015 a 2025. O estudo tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico da população idosa no tocante à prática da automedicação.

Tabela 1 – Municípios que compõe a macrorregião Norte da Bahia.

Código	Município	Gestão/Observação	População
290020	Abaré		20189
290135	Andorinha		15490
290180	Antônio Gonçalves		12072
290590	Campo Alegre De Lourdes		30048
290600	Campo Formoso	Gestão Plena	73448
290682	Canudos		17316
290720	Casa Nova		73382
290770	Chorrochó		11591
290990	Curaçá		35524
291085	Filadélfia		17176
291140	Glória		15840
291700	Itiúba		37567
291770	Jaguarari		34499
291810	Jeremoabo	Gestão Plena	41605
291840	Juazeiro	Gestão Plena / Referência Macrorregião e Microrregião / Sede de Dires	221773
290990	Macururé		8266
292400	Paulo Afonso	Gestão Plena / Referência Microrregião / Sede de Dires	120706
292420	Pedro Alexandre		18209
292440	Pilão Arcado		35740
292460	Pindobaçu		21171
292525	Ponto Novo		15830

292600	Remanso		42672
292710	Rodelas		9405
292760	Santa Brígida		14976
293010	Senhor Do Bonfim	Gestão Plena	81218
293020	Sento Sé		41891
293077	Sobradinho		23713
293200	Uauá		25773

Fonte: SESAB (2025).

Na avaliação quantitativa, serão utilizados dados secundários do Sistema Único de Saúde (DataSUS/TabNet) e de registros institucionais de domínio público, a fim de caracterizar o perfil epidemiológico da população idosa quanto à prática da automedicação. As variáveis analisadas incluem sexo, faixa etária, causas associadas e uso de medicamentos.

2.2 Local do Estudo

O estudo foi conduzido com levantamento dos 28 municípios que integram a macrorregião Norte do estado da Bahia, definidos a partir de critérios populacionais e de referência regional, de modo a representar a totalidade dessa área geográfica. Esses territórios apresentam características interioranas em termos socioeconômicos e de infraestrutura em saúde, fatores que podem influenciar diretamente o acesso da população idosa aos serviços disponíveis e, consequentemente, suas práticas de automedicação.

Entre eles, Juazeiro se destaca por constituir sede de uma região de saúde composta por dez municípios, funcionando como polo de referência para atendimentos de média e alta complexidade (Nunes *et al.*, 2022). Apesar de não dispor de um sistema de saúde plenamente resolutivo, o município tem empreendido esforços na organização da rede assistencial, estruturada em níveis de atenção primária, secundária e terciária, buscando assegurar maior efetividade e integralidade no cuidado à população (Pitangueira e Paiva, 2017). A inclusão dos demais municípios permite ampliar a compreensão da realidade regional, evidenciando diferentes contextos de vulnerabilidade e estratégias adotadas na prevenção e controle da automedicação em idosos.

2.3 População do Estudo

A população deste estudo foi composta por pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 anos, residentes nos municípios 28 municípios da macrorregião Norte do estado da Bahia. A escolha desse grupo justifica-se por sua maior vulnerabilidade clínica e social frente às consequências do uso inadequado de fármacos. De forma complementar, será realizada uma análise de literatura científica sobre a automedicação e a atuação multiprofissional na prevenção e controle da automedicação em idosos. Esse eixo não constitui uma população de estudo em si, mas tem como finalidade contribuir na interpretação dos resultados obtidos no DataSUS, permitindo relacionar os achados epidemiológicos a evidências já descritas em diferentes contextos e, assim, proporcionar respostas mais consistentes e integradas ao problema investigado.

2.4 Amostra e Critérios de Elegibilidade

A amostra do estudo foi composta por dados agregados extraídos do sistema DataSUS/TabNet (http://tabnet.datasus.gov.br/), referentes ao período de 2015 a 2025. Sendo incluídos registros de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, residentes nos municípios da macrorregião Norte do estado da Bahia, com notificações relacionadas à automedicação, como intoxicações, reações adversas, uso inadequado de medicamentos, aspectos clínicos e desfechos das notificações. Registros incompletos, duplicados ou inconsistentes serão excluídos da análise.

2.5 Estratégia de Operacionalização

A operacionalização da pesquisa foi conduzida por meio de etapas como o levantamento sistemático de dados secundários junto ao sistema TabNet/DataSUS, considerando o período de 2015 a 2025. Além disso, as variáveis selecionadas serão organizadas por sexo, faixa etária e causas e seguindo uma proposta de busca similar a utilizada por Almeida *et al.*, (2024) com a seguinte rota de processos: “Epidemiológicas e Morbidade” >> “Doenças e Agravos de Notificação – 2007 em diante (SINAN)” >> “Intoxicação exógena” >> “Agente tóxico” >> “Medicamento” >> “Circunstância” >> “Automedicação”. Realizou-se a análise descritiva, incluindo

frequências absolutas (n=) e relativas (%) a fim de caracterizar o perfil da população idosa e os padrões associados à automedicação.

2.6 Organização e análise de dados

Os dados quantitativos foram organizados e analisados através de planilhas no Microsoft Excel, com tabelas e gráficos descritivos. Os materiais bibliográficos foram utilizados como embasamento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

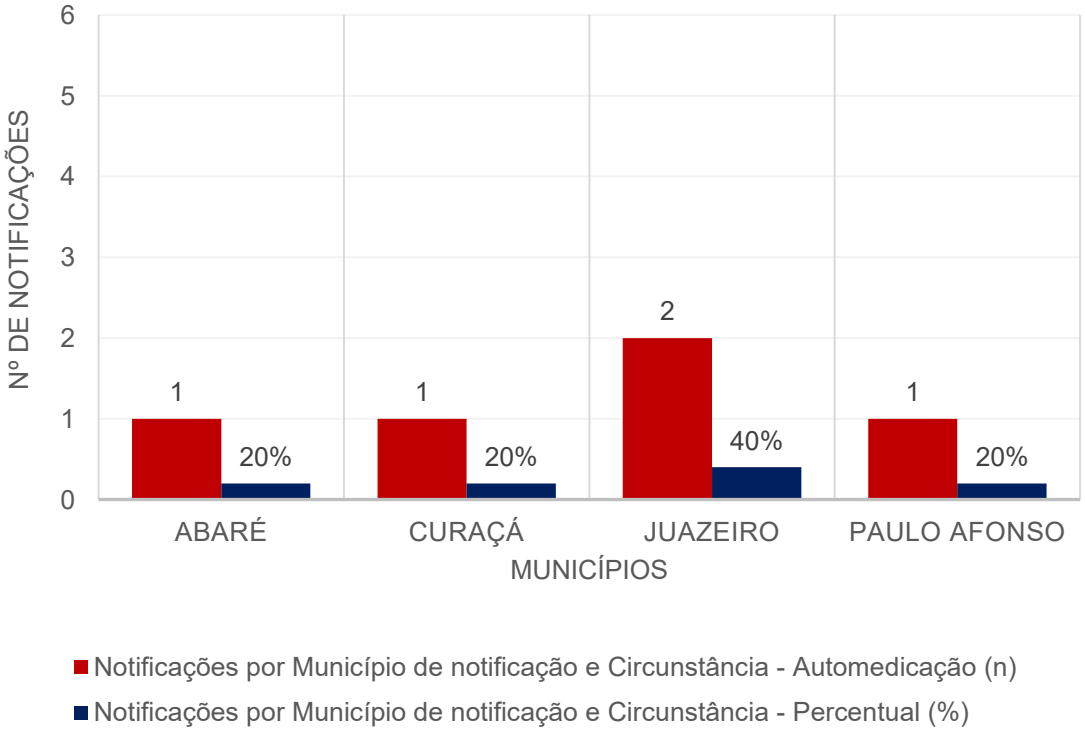
3.1 Análise espacial, temporal e perfil etário-sexual das notificações de intoxicação por automedicação

Foram registradas cinco (n=5) notificações de intoxicação exógena associadas à automedicação na macrorregião Norte da Bahia, no período de 2015 a 2025, de acordo com os registros do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). As notificações estiveram distribuídas em apenas quatro municípios dentre os 28 avaliados, sendo eles Juazeiro (n = 2; 40%), Abaré (n = 1; 20%), Curaçá (n = 1; 20%) e Paulo Afonso (n = 1; 20%).

Não foram identificadas notificações em outros municípios da macrorregião, muito menos registros de internação hospitalar ou óbito relacionados ao agravo. Esse conjunto inicial de dados evidencia uma baixa representatividade de notificações formais e possível dispersão irregular do registro do evento na rede de vigilância toxicológica regional.

A distribuição espacial dos registros concentrou-se em municípios de médio e grande porte, com maior capacidade instalada de atenção à saúde e vigilância epidemiológica. Juazeiro, por ser referência macrorregional em saúde e sediar serviços de média e alta complexidade, foi o município com maior número de notificações (40%; n=2). Abaré, Curaçá e Paulo Afonso contribuíram, cada um, com 20% (n=1) dos registros, caracterizando um padrão de ocorrência isolado (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição municipal de casos de intoxicação exógena relacionados à automedicação (2015–2025).



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

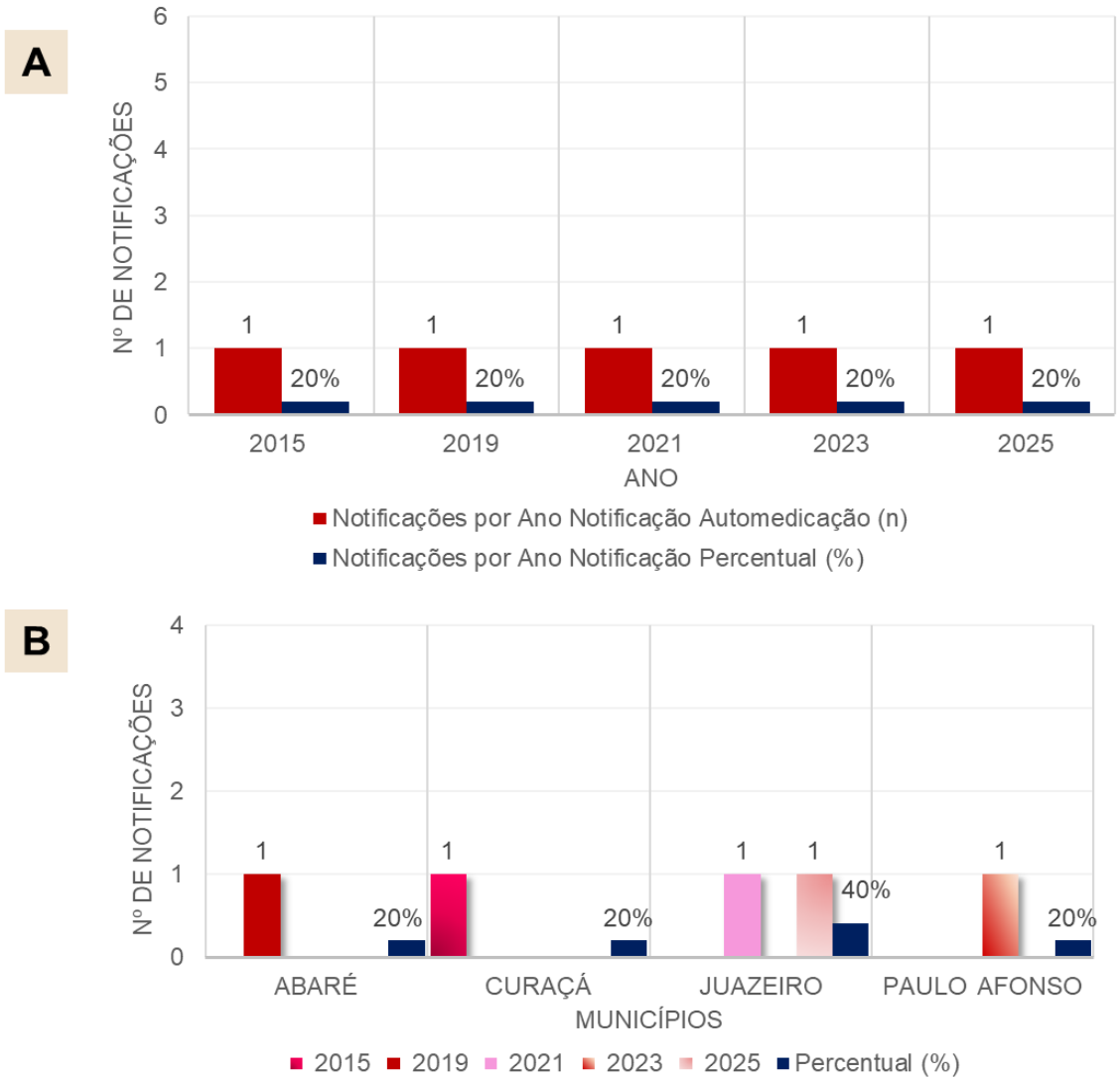
Apesar do número absoluto reduzido, o padrão identificado sugere persistência e dispersão esporádica das notificações, indicativo de subcaptação e baixa sensibilidade do sistema de vigilância toxicológica regional. Embora estudos recentes apontem volume expressivo de notificações medicamentosas no estado da Bahia, autores destacam fragilidades operacionais e subnotificação como limitações estruturais do SINAN, o que compromete a representatividade dos dados (Nepomuceno *et al.*, 2025).

De modo semelhante, análises longitudinais realizadas na região Nordeste indicam que a dependência de critérios essencialmente clínicos para confirmação dos casos e falhas no processo de registro contribuem para a subestimação da ocorrência de intoxicações, principalmente em municípios de pequeno porte e com menor capacidade técnica de vigilância (Lima Filho *et al.*, 2022).

Nesse sentido, o reduzido número de dados observados pode refletir não a ausência do evento, mas limitações no fluxo de detecção e notificação, reforçando a necessidade de fortalecimento das práticas de vigilância toxicológica e padronização dos registros nos serviços de saúde.

Temporalmente, as notificações se apresentaram de forma esporádica, mas contínua, com um caso em cada um dos anos de 2015, 2019, 2021, 2023 e 2025, representando 20% do total em cada ano (Figura 2A). A análise conjunta entre município e ano evidencia a natureza dispersa das notificações, como Curaçá que registrou o caso mais antigo (2015), seguido por Abaré (2019), Juazeiro (2021 e 2025) e Paulo Afonso (2023) (Figura 2B). Esse padrão evidencia manutenção da ocorrência ao longo do tempo, mas sem regularidade de notificação, refletindo provável falha de vigilância ativa.

Figura 2 - A) Distribuição temporal das notificações de intoxicação exógena por automedicação na macrorregião Norte da Bahia (2015–2025). B) Evolução anual das notificações de intoxicação exógena por automedicação na macrorregião Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

Estudos nacionais indicam variações regionais importantes na incidência de intoxicações exógenas, nas quais os medicamentos figuram como o agente tóxico mais prevalente.

Em análise de 1.480.551 notificações no Brasil, Gemaque *et al.* (2025) observaram que o ano de 2015 apresentou o menor número de registros (6,27 %), enquanto 2023 concentrou o maior volume (13,72 %), evidenciando crescimento nas notificações recentes. De modo semelhante, Nepomuceno *et al.* (2025) reportaram

24.932 casos de intoxicação medicamentosa na Bahia, com maior frequência também nos anos de 2023, 2022 e 2019, o que demonstra aumento recente da detecção no estado.

No entanto, a escassez de registros locais e a dispersão temporal observada neste estudo podem estar associadas a ausência de notificações em determinados anos, fenômeno descrito em séries históricas de idosos e em outras bases secundárias, onde a subnotificação limita a identificação de padrões temporais consistentes (Silva, W *et al.*, 2021).

A distribuição dos registros observada neste estudo, caracterizada por poucos casos anuais e ocorrência isolada em diversos municípios baianos, é compatível com o que tem sido relatado em investigações regionais sobre automedicação e intoxicações medicamentosas.

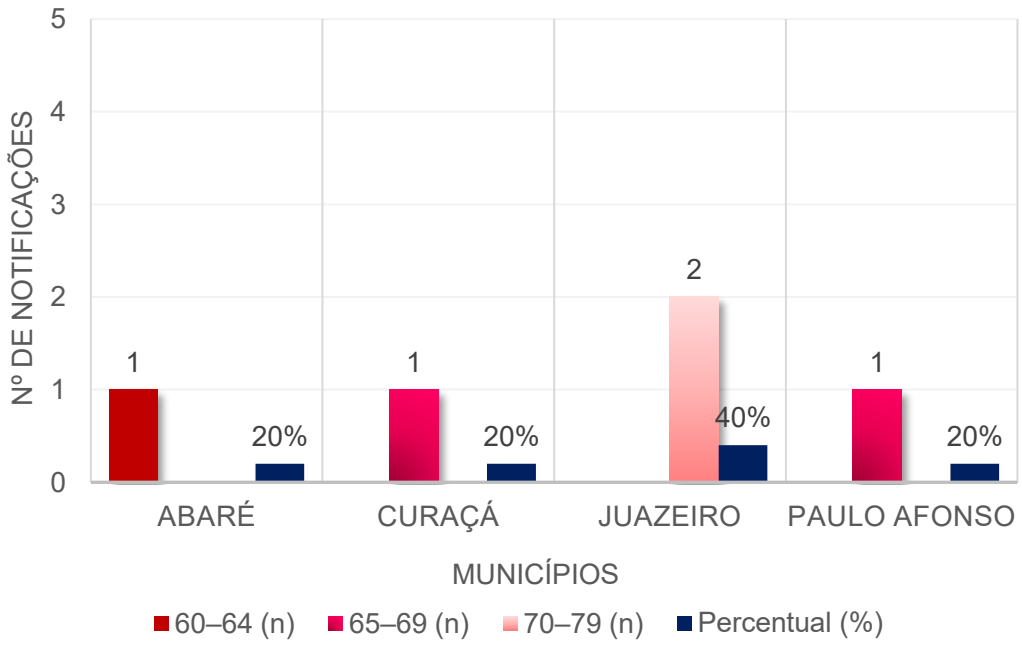
Pesquisas conduzidas em contextos estaduais, como no Piauí, também apontam a presença de séries anuais esparsas e flutuações acentuadas entre os anos, o que reforça o caráter episódico, porém persistente, das notificações relacionadas à automedicação (Santana, Sousa e Araújo, 2023; Xavier *et al.*, 2023)

Essa limitação é comparável à observada em outros agravos de notificação compulsória, nos quais a baixa frequência anual compromete a análise de tendências e a compreensão da evolução epidemiológica (Onyebuchi, 2022; Shen *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2017; Xavier *et al.*, 2023).

Assim, embora as notificações demonstrem ocorrência contínua e não eventual, a natureza reduzida e a irregularidade dos registros reforçam a hipótese de subnotificação, que limita a consolidação de um perfil epidemiológico mais representativo para a automedicação na macrorregião Norte da Bahia.

Todos os casos corresponderam a indivíduos idosos (≥60 anos). Houve um caso (20%) na faixa de 60–64 anos, dois casos (40%) entre 65–69 anos, e dois casos (40%) entre 70–79 anos. Não foram registrados casos em indivíduos com 80 anos ou mais. Essa distribuição concentra 80% dos registros entre 65 e 79 anos, revelando que a automedicação medicamentosa afetou majoritariamente idosos em menores faixas etárias. A análise por município mostra que o caso de Abaré ocorreu na faixa de 60–64 anos (n = 1; 20%), os casos de Curaçá e Paulo Afonso entre 65–69 anos (n = 2; 40%), e ambos os casos de Juazeiro na faixa de 70–79 anos (n = 2; 40%) (Figura 3).

Figura 3 - Faixa etária dos casos de intoxicação por automedicação segundo município de notificação – Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

O aumento contínuo do consumo de medicamentos entre os idosos é amplamente associado à maior prevalência de doenças crônicas e a um modelo de atenção à saúde fortemente medicalizado, que privilegia o fármaco como principal instrumento terapêutico (Rocha, Santos e Damacena, 2024). Entretanto, as implicações desse consumo, principalmente quando ocorre de forma autônoma, devem ser avaliadas quanto ao risco e ao benefício, considerando o potencial de interações medicamentosas e de intoxicações acidentais (Gusmão *et al.*, 2019).

Em perspectiva nacional, Gemaque *et al.* (2025) observaram que a faixa etária de 80 anos ou mais apresentou a menor proporção de intoxicações medicamentosas (0,53 %) em todas as regiões do país.

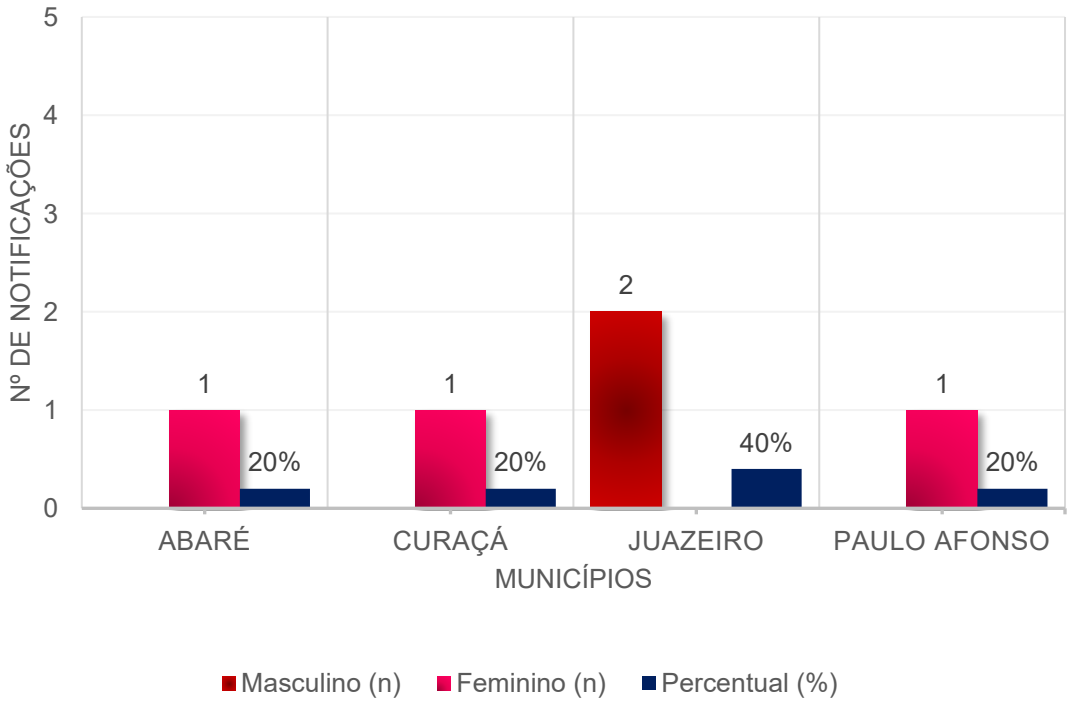
A região Sudeste concentrou o maior número de notificações (312.817 casos entre 20–39 anos e 2.989 entre 80+), seguida pela região Nordeste, com 128.350 casos entre 20–39 anos e 1.677 entre 80+. Esses dados indicam que, no Nordeste, as intoxicações medicamentosas em idosos são proporcionalmente menos frequentes em comparação às demais regiões, o que se alinha ao padrão observado neste estudo, onde não houve registros acima de 80 anos.

De forma complementar, Muniz *et al.* (2019) identificaram associação significativa entre a prática de automedicação e as faixas etárias de 60–69 anos (p = 0,046) e 80–89 anos (p = 0,040), o que sugere que, embora o comportamento seja mais prevalente entre idosos mais jovens, permanece presente nas idades mais avançadas.

Assim, o perfil etário identificado nesta amostra, com predomínio entre 65 e 79 anos, reflete o padrão nacional e regional de vulnerabilidade farmacológica em idosos, reforçando a importância de estratégias de educação em saúde e farmacovigilância para esse grupo populacional.

Quanto ao sexo, observou-se predomínio do sexo feminino (n = 3; 60%), em comparação com o masculino (n = 2; 40%). Os casos femininos ocorreram em Abaré, Curaçá e Paulo Afonso, um em cada município, enquanto Juazeiro concentrou os dois casos masculinos (Figura 4).

Figura 4 - Perfil por sexo das notificações de intoxicação exógena associadas à automedicação – Macrorregião Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

Ainda que a amostra seja reduzida, esse resultado revela um padrão de leve predominância feminina, compatível com o perfil descrito na literatura sobre o uso

ampliado de medicamentos entre idosas, grupo que tende a apresentar maior exposição ao uso continuado de fármacos e à prática de automedicação.

Em estudo realizado em Alagoas, Lisboa *et al.* (2023) identificaram predominância do sexo feminino em 63,03 % dos 10.228 casos notificados de intoxicação exógena, proporção superior à observada neste estudo. Padrão semelhante foi descrito por Goulart *et al.* (2023), que também evidenciaram maior incidência de intoxicações medicamentosas entre mulheres.

Essa diferença entre os sexos tem sido atribuída a aspectos socioculturais e comportamentais, visto que as mulheres tendem a buscar mais frequentemente cuidados de saúde e uso medicamentoso, tanto sob prescrição quanto de forma autônoma (Domingues *et al.*, 2017).

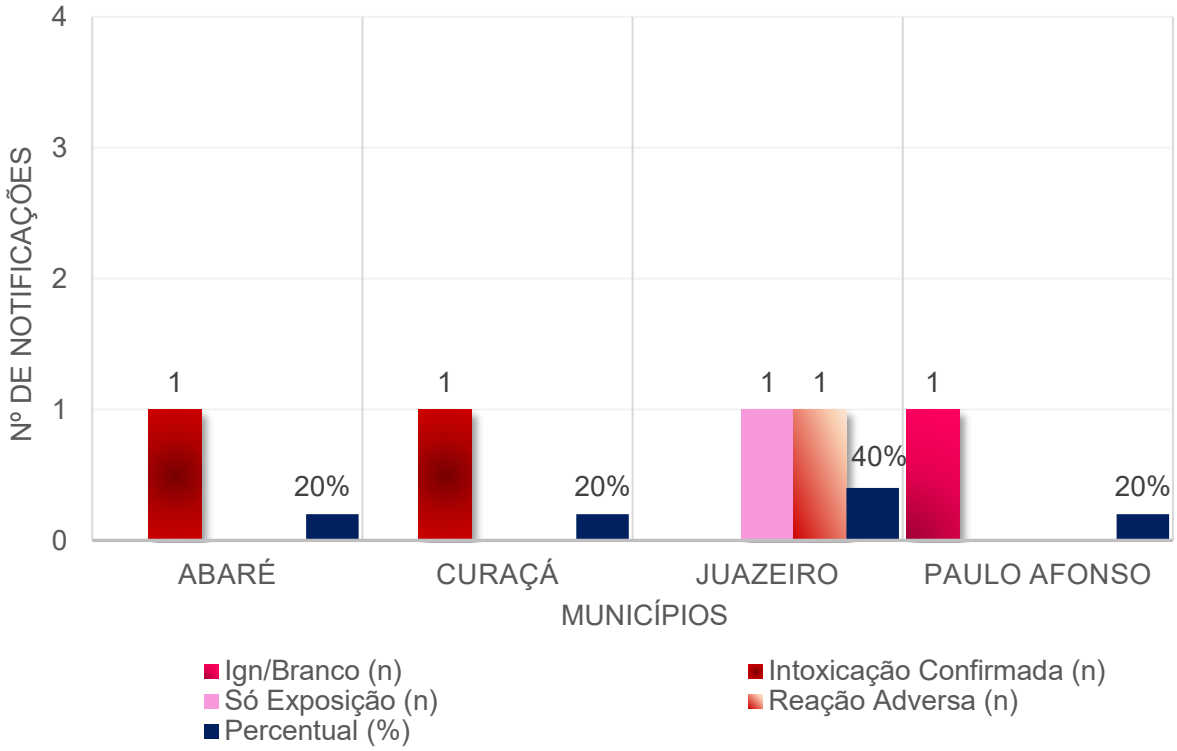
Estudos de base populacional reforçam essa tendência: a prevalência de automedicação varia entre 30 % e 90 %, com associação positiva com o sexo feminino (Silva, B. *et al.*, 2021). Entre idosos, esse comportamento é ainda mais acentuado. Jesus e Salazar (2022) apontam que as mulheres representam cerca de 75 % dos idosos que se automedicam, o que confirma a maior vulnerabilidade feminina ao uso não supervisionado de fármacos (Jesus e Salazar, 2022).

Assim, o predomínio feminino observado neste estudo é coerente com as evidências epidemiológicas nacionais e reforça a necessidade de ações educativas voltadas à automedicação consciente, direcionadas a mulheres idosas, principal grupo de risco para intoxicações medicamentosas.

3.2 Aspectos clínicos e desfechos das notificações de intoxicação exógena por automedicação

A classificação final dos casos indicou dois registros (40%) de intoxicação confirmada, um (20%) classificado como exposição sem intoxicação, um (20%) como reação adversa, e um (20%) como ignorado/branco. Os municípios de Abaré e Curaçá apresentaram exclusivamente casos confirmados de intoxicação, enquanto Juazeiro concentrou os registros de exposição e reação adversa, e Paulo Afonso registrou o único caso sem definição final (Figura 5).

Figura 5 - Classificação final dos casos de intoxicação por automedicação segundo município de notificação – Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

A predominância de casos confirmados, seguida por registros de exposição e reação adversa, é coerente com o perfil nacional das intoxicações exógenas associadas à automedicação, nas quais os medicamentos figuram entre os principais agentes etiológicos. Em Pernambuco, Leão e Júnior (2020) e Lima Filho *et al.* (2022) observaram proporção semelhante, 61% de casos confirmados e 22% classificados como exposição sem intoxicação, resultados próximos aos verificados neste estudo.

De forma análoga, na Paraíba, entre 2007 e 2017, Silva, W. *et al.* (2021) identificaram 219 casos de intoxicação exógena em idosos, majoritariamente relacionados ao uso terapêutico inadequado e à automedicação, sendo parte expressiva dos registros de evolução leve ou sem manifestação clínica, o que justifica a presença de notificações categorizadas apenas como “exposição”.

Esses achados reforçam que a automedicação representa uma importante causa de intoxicações medicamentosas, frequentemente subestimada pela ausência de evolução clínica grave, mas ainda assim indicativa de uso inadequado de fármacos. A ampla exposição da população à propaganda de medicamentos, sem

orientação sobre riscos ou interações, contribui para o uso indevido e a banalização do consumo (Bortolon *et al.*, 2008)**.**

Como ressaltam Gama e Secoli (2017) a automedicação pode resultar em efeitos adversos, interações medicamentosas graves e comprometimento do diagnóstico, agravados por erros de dosagem e reações alérgicas (Castro, Santos e Rodrigues, 2007)**.**

Entre os idosos, esses riscos tornam-se mais expressivos, uma vez que o uso simultâneo de múltiplos fármacos e a autogestão do tratamento aumentam a probabilidade de intoxicação. Silva Neto, Sousa e Lima (2023), entre os anos de 2012 e 2022, identificaram elevado número de casos de intoxicação medicamentosa em idosos entre 60 e 64 anos, do sexo feminino e autodeclarados pardos, perfil demográfico semelhante ao observado na presente amostra.

A presença de casos classificados como “ignorado/branco” no presente estudo é consistente com achados de Silva, W. *et al.* (2021) que destacam incompletudes em campos de classificação final e evolução nas fichas de intoxicação, especialmente em registros de idosos.

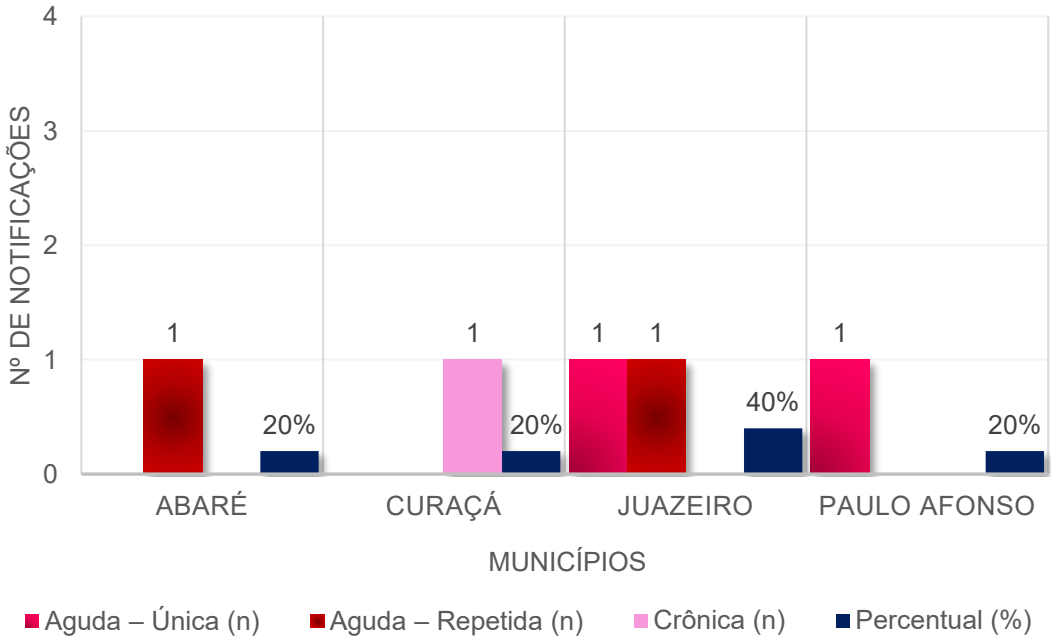
Ademais, o TabNet/SINAN inclui explicitamente a categoria “Ign/Branco” em suas variáveis de classificação final, e análises estratificadas por idade mostram frequências não nulas desse campo em diversas faixas etárias, corroborando a ocorrência de lacunas no preenchimento.

Sob a ótica metodológica, é definida a incompletude como a presença de campos em branco ou ignorados, indicando que parte da variabilidade entre municípios pode refletir diferenças na qualidade da informação e na investigação dos casos, e não necessariamente variação real na ocorrência de intoxicações (Mendes *et al.*, 2023).

Em relação ao tipo de exposição, predominaram as exposições agudas (80%; n=4), sendo duas únicas (40%) e duas repetidas (40%), além de um caso crônico (20%). As exposições agudas únicas foram observadas em Juazeiro (n = 1; 20%) e Paulo Afonso (n = 1; 20%); as agudas repetidas, em Juazeiro (n = 1; 20%) e Abaré (n = 1; 20%); e a crônica, em Curaçá (n = 1; 20%).

Essa configuração sugere que a maior parte das notificações esteve associada a episódios pontuais de automedicação, ainda que um caso tenha indicado repetição ou uso continuado, e outro o caráter crônico da exposição (Figura 6).

Figura 6 - Tipos de exposição identificados nas notificações de automedicação por município – Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

O predomínio de exposições agudas é compatível com estudos nacionais de intoxicações medicamentosas notificadas ao SINAN, nos quais 82,7 % dos casos envolveram exposição aguda única, enquanto os casos de repetição e cronicidade foram pouco frequentes (Santana *et al.*, 2019).

Em contexto semelhante, Santos *et al.* (2013), ao analisarem intoxicações em idosos em Campina Grande (2009–2012), também observaram maior prevalência de episódios agudos em indivíduos ≥ 60 anos, sugerindo que as notificações por automedicação tendem a refletir situações isoladas de uso inadequado, mais do que exposições de longo prazo.

Apesar disso, o registro de um caso crônico neste estudo é relevante, pois indica que parte das intoxicações pode decorrer de uso contínuo e cumulativo de medicamentos, situação comum em idosos com múltiplas comorbidades e sob regimes terapêuticos prolongados (Garcia *et al.*, 2018; Silva e Silva, 2022). Essa observação reforça a importância de vigilância farmacológica contínua para identificar padrões de consumo repetitivo e prevenir efeitos tóxicos subclínicos (Oliveira e Silva, 2023).

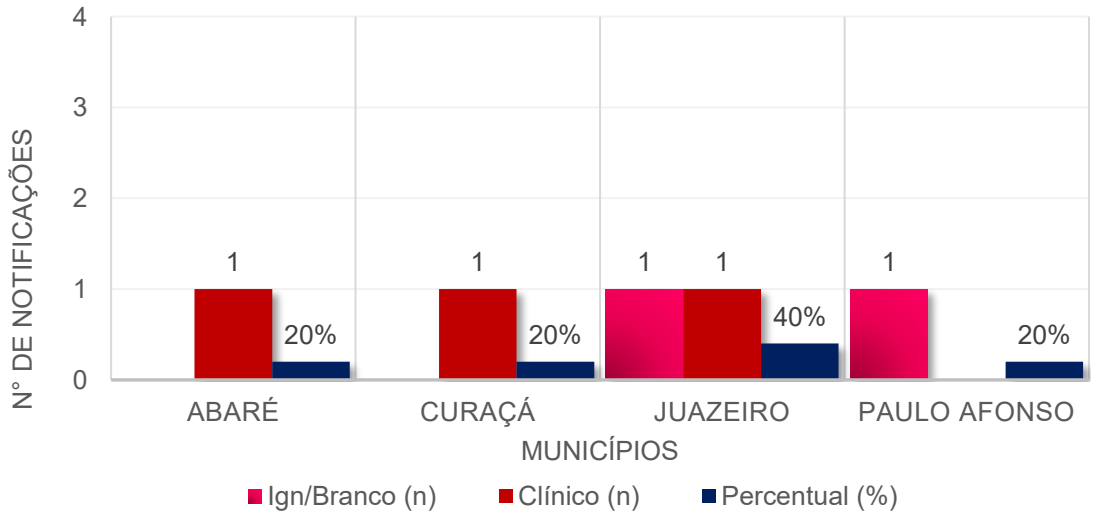
A intoxicação aguda por medicamentos é reconhecida como um agravo de elevada frequência nos serviços de urgência e emergência, estando associada a aumento dos custos em saúde, danos físicos e psicológicos, sequelas irreversíveis e óbitos, o que a caracteriza como problema de saúde pública global (Rodrigues, 2022; Sales *et al.*, 2017).

Além disso, as interações medicamentosas em idosos representam fator agravante, uma vez que alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento aumentam a susceptibilidade aos efeitos adversos dos fármacos (Bortolon *et al.*, 2008). Assim, a predominância de exposições agudas e a ocorrência de um caso crônico reforçam a necessidade de ações educativas e monitoramento da automedicação em idosos, quanto ao uso repetido ou contínuo de fármacos potencialmente tóxicos.

O critério clínico (n = 3; 60%) foi o principal método de confirmação dos casos, enquanto dois registros (n = 2; 40%) foram classificados como ignorado/branco. As confirmações clínicas ocorreram em Abaré (n = 1; 20%), Curaçá (n = 1; 20%) e Juazeiro (n = 1; 20%), enquanto os casos ignorados foram registrados em Juazeiro (n = 1; 20%) e Paulo Afonso (n = 1; 20%). Portanto, 60% (n = 3) das notificações foram validadas apenas com base na avaliação clínica, sem registro de confirmação laboratorial (Figura 7).

Esse padrão reforça que a maioria dos registros foi validada sem exames laboratoriais ou complementares, o que pode ser compatível com o perfil de casos leves, de diagnóstico clínico imediato, possivelmente tratados em serviços ambulatoriais ou unidades básicas.

Figura 7 - Critério de confirmação dos casos de intoxicação exógena por automedicação segundo município de notificação – Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

Esse achado é compatível com o padrão observado em estudos regionais sobre intoxicações exógenas, nos quais o critério clínico predomina como base de confirmação. Na análise conduzida por Lima Filho *et al.* (2022), abrangendo intoxicações na região Nordeste entre 2012 e 2021, 67,48 % dos casos foram confirmados clinicamente, refletindo a adoção de critérios clínico-epidemiológicos em detrimento da confirmação laboratorial.

O mesmo estudo evidenciou que apenas 23,96 % das investigações incluíram exames laboratoriais complementares, e a maioria dos pacientes evoluiu para cura sem sequelas, o que reforça o predomínio de casos de baixa gravidade também verificado no presente trabalho (Lima Filho *et al.*, 2022).

De modo semelhante, Nepomuceno *et al.* (2025), em levantamento estadual sobre intoxicações medicamentosas na Bahia (2015–2024), registraram 24.932 notificações, das quais 55,2 % foram confirmadas clinicamente, 26,5 % por critério clínico-epidemiológico e apenas 2,9 % por critério laboratorial. Esses resultados demonstram que, mesmo em bases amplas de vigilância, a validação dos casos depende majoritariamente da avaliação clínica e da disponibilidade de informações no momento da notificação, o que pode explicar variações entre municípios e a ocorrência de registros “ignorados/brancos” no presente estudo.

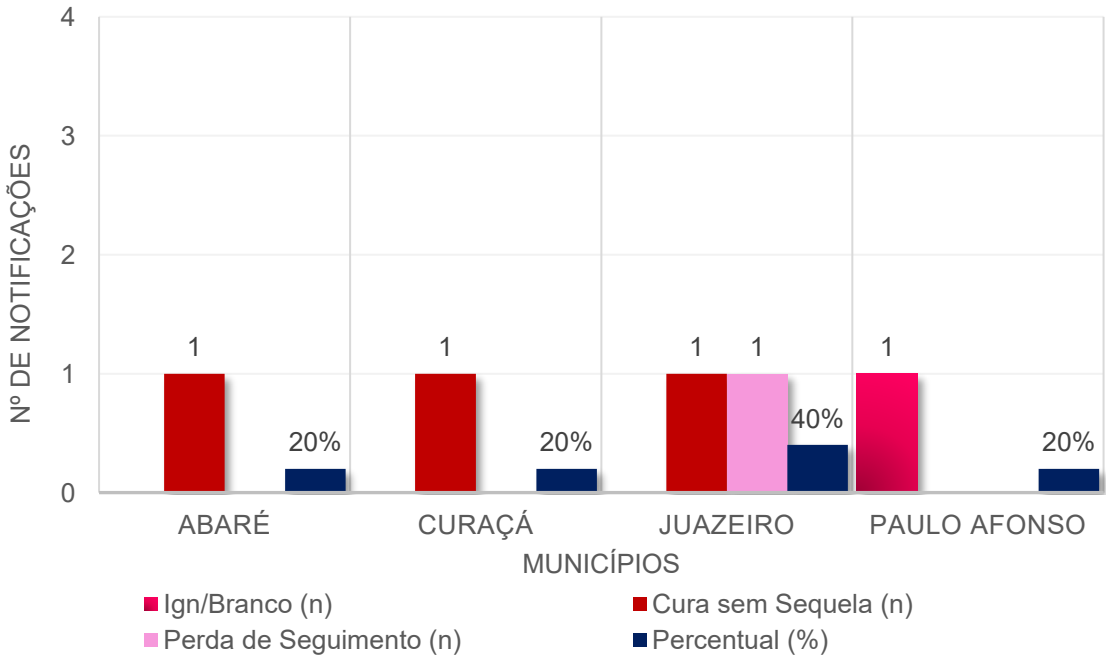
Em conjunto, os achados reforçam que a dependência de critérios clínicos para confirmação de intoxicações é uma prática recorrente no contexto do Sistema de Vigilância Toxicológica (Magalhães e Caldas, 2019), como em regiões com menor

capacidade laboratorial, e que a incompletude dos registros deve ser interpretada como indicador de limitações estruturais do processo de notificação, e não necessariamente como ausência de investigação.

Quanto à evolução, três casos (n = 3; 60%) apresentaram cura sem sequelas, um (n = 1; 20%) foi classificado como perda de seguimento, e um (n = 1; 20%) como ignorado/branco. A cura sem sequelas foi registrada em Abaré (n = 1; 20%), Curaçá (n = 1; 20%) e Juazeiro (n = 1; 20%); a perda de seguimento, em Juazeiro (n = 1; 20%); e o registro ignorado, em Paulo Afonso (n = 1; 20%) (Figura 8).

Nenhuma das notificações analisadas evoluiu para óbito, caracterizando um perfil clínico predominantemente benigno, compatível com intoxicações leves ou moderadas resolvidas de forma espontânea ou ambulatorial.

Figura 8 - Evolução clínica dos casos de intoxicação exógena por automedicação segundo município de notificação – Macrorregião Norte da Bahia (2015–2025)



Fonte: Base de dados TabNet elaborado pelos autores (2025).

Um dos motivos de maior desfecho do quadro com cura sem sequela prevalecer está associada a fatores como tempo de acesso ao atendimento, tipo e quantidade do agente ingerido e intervenção precoce nos serviços de urgência e emergência (Viana *et al.*, 2024). Segundo Viana *et al.* (2024), o tratamento rápido reduz substancialmente o risco de agravamento e sequelas. O mesmo também varia conforme o agente, a forma e a quantidade que foram responsáveis pela

intoxicação, esse contexto interfere no desfecho da evolução do paciente (Rodrigues *et al.*, 2021).

Resultados semelhantes foram reportados por Paula, Bochner e Montilla, (2012), ao analisarem hospitalizações de idosos por intoxicação ou efeitos adversos de medicamentos no Brasil entre 2004 e 2008. Os autores observaram que a maioria dos pacientes evoluiu sem óbito e sem sequelas graves, padrão comparável ao encontrado neste estudo, em que as notificações de reação adversa corresponderam a 20 % dos casos e apresentaram caráter reversível.

Apesar da natureza predominantemente leve dos casos registrados (cura sem sequela e ausência de óbitos) observou-se que a plataforma quanto a dados do SINAN não dispõe de campos específicos que permitam identificar a participação de equipes multiprofissionais no acompanhamento ou prevenção das intoxicações registradas. Essa limitação impede avaliar a influência de práticas integradas de educação em saúde, farmacovigilância e acompanhamento clínico de idosos na ocorrência dos eventos.

A literatura reforça que a atuação multiprofissional é essencial na prevenção das intoxicações e complicações associadas à automedicação em idosos. Profissionais da enfermagem e da farmácia estão centralizados na orientação sobre o uso racional de medicamentos, identificação precoce de interações e descarte seguro (Alves, Santos e Santos, 2025; Polidoro e Alves Filho, 2022; Rocha, Santos e Damacena, 2024; Santos e Queiroz, 2022).

Além disso, a integração com serviço social e psicologia é estratégica para abordar aspectos comportamentais e socioeconômicos que favorecem o uso inadequado de fármacos, como isolamento social, baixo letramento em saúde e percepção de autossuficiência (Bakhtiar *et al.*, 2017; Maddigan *et al.*, 2003; Oliveira *et al.*, 2018).

A fácil aquisição de medicamentos, associada à ampla disponibilidade nas residências e à diversidade de produtos farmacológicos no mercado, contribui para o uso indiscriminado e toxicológico, intensificando o risco de intoxicações (Oliveira e Suchara, 2014). Embora a magnitude dos casos observados na macrorregião Norte da Bahia seja reduzida, sua persistência ao longo do tempo evidencia que o evento permanece subcaptado, sobretudo em municípios com maior capacidade de notificação, como Juazeiro e Paulo Afonso, que concentraram casos de múltiplos perfis clínicos e de exposição.

Além disso, destaca-se que a notificação sistemática das intoxicações exógenas pelos serviços de saúde e sua análise epidemiológica continuada são fundamentais para aprimorar o processo de vigilância. Conforme Mathias, Guidoni e Girotto (2019), a padronização e o fortalecimento das notificações permitem criar estratégias de controle e protocolos assistenciais adequados, promovendo respostas clínicas mais eficazes e seguras aos pacientes intoxicados (Mathias, Guidoni e Girotto, 2019).

4 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou ocorrência reduzida de notificações de intoxicação por automedicação em idosos na macrorregião Norte da Bahia entre 2015 e 2025, concentradas em poucos municípios e anos. Predominaram casos agudos, de confirmação clínica e evolução leve, sem registro de óbito, sugerindo eventos isolados e de baixa gravidade. A presença de campos ignorados e a ausência de confirmação indicam fragilidades no registro e possível subnotificação no sistema de vigilância.

Esses achados reforçam que a automedicação em idosos é um evento persistente, porém pouco documentado, exigindo aprimoramento da notificação e maior integração entre os níveis de atenção à saúde. A ampliação das ações de farmacovigilância, educação em saúde e capacitação das equipes de atenção básica pode contribuir para prevenir novas ocorrências e qualificar o uso seguro de medicamentos nesse grupo etário.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, MATEUS LIMA; ALMEIDA, MARCOS LIMA; ANDRADE, M. V. M. DE; SILVA OLIVEIRA, J. DA; ANDRADE, S. M. DE; NASCIMENTO RODRIGUES, D. C. DO. Estudo epidemiológico das notificações de casos por automedicação no estado do Piauí entre 2012 e 2022. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 15, n. 1, p. e34773–e34773, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/34773. Acesso em 10 de out. 2025.

ALVES, B. A.; SANTOS, L. C. DE A.; SANTOS, W. L. DOS. Automedicação na terceira idade: riscos e a importância da enfermagem no cuidado. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 19, p. e082474, 2 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.55892/jrg.v8i19.2474.

AMARAL, O.; VEIGA, N.; NELAS, P.; COUTINHO, E.; CHAVES, C. Automedicação Na Comunidade: Um Problema De Saúde Pública. **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v. 4, p. 423–432, 2019. DOI: 10.17060/ijodaep.2019.n1.v4.1603

ANSARI, M. Chapter 2 - Sociobehavioral Aspects of Medicines Use in Developing Countries. *Em*: IBRAHIM, M. I. M.; WERTHEIMER, A. I.; BABAR, Z.-U.-D. (Eds.). . **Social and Administrative Aspects of Pharmacy in Low- and Middle-Income Countries**. [s.l.] Academic Press, 2018. p. 15–33. DOI: https://doi.org/10.1016/B978-0-12-811228-1.00002-9.

ARRAIS, P. S. D.; FERNANDES, M. E. P.; PIZZOL, T. DA S. D.; RAMOS, L. R.; MENGUE, S. S.; LUIZA, V. L.; TAVARES, N. U. L.; FARIAS, M. R.; OLIVEIRA, M. A.; BERTOLDI, A. D. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 13s, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117.

BAKHTIAR, K.; BASTAMI, F.; SHARAFKHANI, N.; ALMASIAN, M. The psychological determinants of self-medication among the elderly: an explanation based on the Health Belief Model. **Elderly Health Journal**, v. 3, n. 2, p. 59–66, 2017. Disponivel em: https://ehj.ssu.ac.ir/article-1-96-en.html. Acesso em 08 de set. 2025.

BARACALDO-SANTAMARÍA, D.; TRUJILLO-MORENO, M. J.; PÉREZ-ACOSTA, A. M.; FELICIANO-ALFONSO, J. E.; CALDERON-OSPINA, C.-A.; SOLER, F. Definition of self-medication: a scoping review. **Therapeutic Advances in Drug Safety**, v. 13, p. 20420986221127501, 2022. DOI: https://doi.org/10.1177/20420986221127501.

BORTOLON, P. C.; MEDEIROS, E. F. F. DE; NAVES, J. O. S.; KARNIKOWSKI, M. G. DE O.; NÓBREGA, O. DE T. Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 1219–1226, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000400018.

CASTRO, H. C.; SANTOS, D. O.; RODRIGUES, C. R. Automedicação: Entendemos o risco? **Infarma-Ciências Farmacêuticas**, v. 19, n. 11/12, p. 33–36, 2007. Disponível em: https://revistas.cff.org.br/infarma/article/view/408. Acesso em 08 de set. 2025.

DOMINGUES, P. H. F.; GALVÃO, T. F.; ANDRADE, K. R. C. DE; ARAÚJO, P. C.; SILVA, M. T.; PEREIRA, M. G. Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 2, p. 319–330, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/FD7s5rP6RwrhLqLVBThgGQR/ Acesso em: 28 set. 2025.

ESTRELA, C. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. [s.l.] Artes médicas, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=67VIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=ESTRELA,+C.+Metodologia+cient%C3%ADfica:+ci%C3%AAncia,+ensino,+pesquisa.+Artes+M%C3%A9dicas,+2018.&ots=88VJ4S5rm4&sig=_4Ms9VJIA09iVjrDjpXwOo1_9vQ>. Acesso em: 28 maio. 2025.

GAMA, A. S. M.; SECOLI, S. R. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas–Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 1, p. e65111, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/HQm9Gznw68wWrB7wtWR4FMQ/?lang=pt. Acesso em: 25 set. 2025.

GARCIA, A. L. DE F.; KAYA, A. N. M.; FERREIRA, E. A.; GRIS, E. F.; GALATO, D. Automedicação e adesão ao tratamento medicamentoso: avaliação dos participantes do programa Universidade do Envelhecer. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, p. 691–700, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562018021.180106

GEMAQUE, N. S.; MIRANDA, A. C. DA G.; SILVA, D. G. M. DA; CRUZ, F. C. S. DA; KIMURA, M. A. O. N.; OLIVEIRA, G. DO S. S. DE; COELHO, C. A. C. Perfil Epidemiológico Dos Casos Notificados De Intoxicação Exógena Nas Regiões Do Brasil, No Período De 2014 a 2023. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 7666–7677, 1 fev. 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n2-180.

GOULART, J. Q.; MATIAS, C. L.; PRADO, P. C. DO; WEBER, C.; PINTO, A. T. Epidemiological profile of exogenous intoxications occurred in the State of Rio Grande do Sul between the years 2007 and 2020: Vigil Sanit Debate, Rio de Janeiro, 2023, v.11: e02134 | Published on: 05/10/2023. **Vigilância Sanitária em Debate**, p. 1–10, 31 jan. 2023. DOI: https://doi.org/10.22239/2317-269x.02134.

GUSMÃO, E. C.; XAVIER, L. A.; MOTA, G. A.; DEUS, Í. A. A. DE; SANTANA, L. T. G.; FREITAS VELOSO, D. M. DE; COSTA, M. R.; OLIVEIRA, L. B.; ANDRADE, J. M. O.; ALENCAR, I. D. DE. Automedicação em idosos e fatores associados. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 2, p. e191–e191, 2019. Disponivel em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/191. Acesso em: 20 de ago. 2025.

JESUS, J. M. DE; SALAZAR, J. M. Automedicação na terceira idade: perfil epidemiológico de idosos na aquisição de medicamentos em drogarias de Imperatriz - MA / Self-medication in the elderly: epidemiological profile of the elderly in the acquisition of medicines in drugstores in Imperatriz - MA. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 6, p. 45359–45380, 10 jun. 2022. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv8n6-183.

LEÃO, M. L. P.; JÚNIOR, F. M. R. DA S. Perfil epidemiológico dos casos de intoxicação exógena no ano de 2017 em Pernambuco, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 6, p. e161963618–e161963618, 21 abr. 2020. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v9i6.3618.

LIMA FILHO, C. A.; SILVA, M. V. B. DA; OLIVEIRA BERNARDINO, A. DE; VIEIRA, C. M.; NUNES, A. M. B.; SOUZA, K. R. F. DE; SOUZA SABINO, P. G. DE; BARROS, G. M. P.; MORAIS SILVA, É. DE; ARAÚJO, J. H. P. C. DE. Perfil das intoxicações exógenas por medicamentos na região Nordeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, p. e279111436371–e279111436371, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36371

LISBOA, G. M.; LIMA, A. L. V.; RABELO, G. M. L.; SOUZA, A. M. V. B.; RABELO, T. M. L.; SANTOS, J. C. S. DOS. Intoxicação exógena: Análise epidemiológica dos casos notificados em Alagoas, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 9, p. e4812943157–e4812943157, 12 set. 2023. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i9.43157.

MADDIGAN, S. L.; FARRIS, K. B.; KEATING, N.; WIENS, C. A.; JOHNSON, J. A. Predictors of Older Adults' Capacity for Medication Management in a Self-Medication Program: A Retrospective Chart Review. **Journal of Aging and Health**, v. 15, n. 2, p. 332–352, maio 2003. DOI: https://doi.org/10.1177/0898264303251893.

MAGALHÃES, A. F. A.; CALDAS, E. D. Exposição e intoxicação ocupacional a produtos químicos no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, p. 32–40, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0439.

MATHIAS, T. L.; GUIDONI, C. M.; GIROTTO, E. Trends of drug-related poisoning cases attended to at a poison control center. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, p. e190018, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-549720190018.

MENDES, M. DA S.; OLIVEIRA, A. L. S. DE; SCHINDLER, H. C.; MENDES, M. DA S.; OLIVEIRA, A. L. S. DE; SCHINDLER, H. C. Avaliação da completitude, consistência e não duplicidade dos dados de notificação da hanseníase no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, João Pessoa, Paraíba: estudo descritivo, 2001-2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. 2, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/s2237-96222023000200008.

MENDOZA, A. M. B.; MALIÑANA, S. A. A.; MARAVILLAS, S. I. D.; MONIVA, K. C.; JAZUL, J. P. Relationship of self-medication and antimicrobial resistance (AMR) in low- and middle-income countries (LMICs): a scoping review. **Journal of Public Health and Emergency**, v. 9, n. 0, 25 mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.21037/jphe-23-184.

MUNIZ, E. C. S.; MARIN, M. J. S.; LAZARINI, C. A.; GOULART, F. C.; RUIZ, D. Automedicação por idosos usuários de plano de saúde suplementar. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 23–37, 2019. DOI: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2536.

NEPOMUCENO, A. F. S. F.; FIGUEIREDO, M. S.; QUEIROZ, L. A. DE; PORTO, M. D. J.; SANTOS, L. O. DOS. Perfil De Intoxicação Por Medicamentos No Estado Da Bahia, Brasil: Uma Análise Do Período De 2015 a 2024. **Revista Científica Eletrônica do Conselho Regional de Farmácia da Bahia**, v. 4, n. 1, p. e04012504–e04012504, 26 jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.70673/rcecrfba.v4i1.71.

NUNES, F. G. DA S.; SANTOS, A. M. DOS; CARNEIRO, Â. O.; FAUSTO, M. C. R.; CABRAL, L. M. DA S.; ALMEIDA, P. F. DE. Challenges to the provision of specialized care in remote rural municipalities in Brazil. **BMC Health Services Research**, v. 22, p. 1386, 22 nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.1186/s12913-022-08805-6.

OLIVEIRA, F. F. S.; SUCHARA, E. A. Epidemiological profile of exogenous poisoning in children and adolescents from a municipality in the state of Mato Grosso. **Revista**

Paulista de Pediatria, v. 32, n. 4, p. 299–305, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-05822014000400004

OLIVEIRA, H. DE; SILVA, C. M. DA. Atuação do farmacêutico na redução do número de casos de intoxicação medicamentosa associada à automedicação em idosos. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 12, p. e145121244114–e145121244114, 23 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i12.44114.

OLIVEIRA, S. B. V. DE; BARROSO, S. C. C.; BICALHO, M. A. C.; REIS, A. M. M. Profile of drugs used for self-medication by elderly attended at a referral center. **Einstein (São Paulo)**, v. 16, p. eAO4372, 2018. DOI: 10.31744/einstein_journal/2018AO4372.

OLIVEIRA, T. DE M. DE; PEREIRA, V. F.; BIRSSI, E. C.; ALEXANDRE, M. M.; TEIXEIRA, D. G.; JESUS, R. A. DE; ZARDETO-SABEC, G. Self-medication in Brazil's public health: The importance of pharmaceutical performance in the multiprofessional team and as an advisor in the rational use of medications / A automedicação na saúde pública do Brasil: Importância da atuação do farmacêutico na equipe multiprofissional e como orientador no uso racional de medicamentos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59182–59196, 19 ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-365.

ONYEBUCHI CHINUA WAEZ. Role And Limitations Of Public Health Surveillance In Europe: Covid- 19 As A Case Study. **Public Health Research Online**, v. 11, n. 6, 2022. DOI: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.27048.75526.

PAULA, T. C. DE; BOCHNER, R.; MONTILLA, D. E. R. Análise clínica e epidemiológica das internações hospitalares de idosos decorrentes de intoxicações e efeitos adversos de medicamentos, Brasil, de 2004 a 2008. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 15, p. 828–844, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400014.

PITANGUEIRA, C. M. F. C.; PAIVA, C. H. A. A Atenção Básica E a Rede De Saúde De Juazeiro, Bahia (2001-2012): Uma Análise Neoinstitucionalista. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 1, 15 dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.22278/2318-2660.2017.v41.n1.a2075.

POLIDORO, T.; ALVES FILHO, J. R. Automedicação entre idosos e a importância do profissional farmacêutico: Revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e75111536903–e75111536903, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.36903.

RATHOD, P.; SHARMA, S.; UKEY, U.; SONPIMPALE, B.; UGHADE, S.; NARLAWAR, U.; GAIKWAD, S.; NAIR, P.; MASRAM, P.; PANDEY, S. Prevalence, Pattern, and Reasons for Self-Medication: A Community-Based Cross-Sectional Study From Central India. **Cureus**, v. 15, n. 1, p. e33917, 2023. DOI: https://doi.org/10.7759/cureus.33917.

ROCHA, F. V. T.; SANTOS, B. S. P.; DAMACENA, D. E. L. Atuação Do Profissional De Saúde No Combate a Automedicação Em Idosos. **Revista Brasileira de**

Atualizações em Ciências e Saúde (REAC), v. 1, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.scisaude.com.br/index.php/reac/article/view/11>. Acesso em: 7 out. 2025.

RODRIGUES, F. P. M.; SILVA CAMPOS, A. DE S. DA; MORAES, K. G. C.; COSTA, M. M. R.; MAIA, S. C.; PONTES, S. R. S.; NASCIMENTO SILVA, W. DO; MORAES, F. C. Intoxicação Exógena: análise epdemiológica dos casos notificados em menores de cinco anos em São Luís-MA. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 9978–9995, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-676.

RODRIGUES, J. F. Análise epidemiológica das intoxicações por medicamentos em Maringá entre os anos de 2017 e 2021: Epidemiological analysis of drug poisoning in Maringá from 2017 to 2021. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 11, p. 73316–73331, 14 nov. 2022. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv8n11-168.

SALES, C. C. F.; SUGUYAMA, P.; GUEDES, M. R. J.; BORGHESAN, N. B. A.; HIGARASHI, I. H.; OLIVEIRA, M. L. F. DE. Intoxicação na primeira infância: socorros domiciliares realizados por adultos. **Rev. Baiana Enferm.(Online)**, p. e23766–e23766, 2017. DOI 10.18471/rbe.v31i4.23766.

SANTANA, J. K. DOS S. DE; SOUSA, J. R. DOS A.; ARAÚJO, J. L. Investigação epidemiológica dos casos de intoxicação exógena por medicamentos decorrentes da automedicação no estado do Piauí. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e13112340601–e13112340601, 2 mar. 2023. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v12i3.40601.

SANTANA, V. T. P.; SUCHARA, E. A.; CARRETO, R.; DUARTE, P. M. Perfil das intoxicações medicamentosas notificadas ao SINAN no município de Primavera do Leste–MT, entre os anos de 2007 a 2014. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 23, n. 3, p. 230–237, 2019. DOI: https://doi.org/10.17921/1415-6938.2019v23n3p230-237

SANTOS, H. T.; QUEIROZ, F. J. G. A Atuação Do Farmacêutico No Controle Da Automedicação Em Idosos: Revisão Bibliográfica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 5, n. 10, p. 427–438, 2022. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.7101422.

SANTOS, L. C. DOS; ALMEIDA, F. S.; SILVA, S. Â. S. DA; VASCONCELOS, E. R. S.; FOOK, S. M. L. **Intoxicação Medicamentosa Em Idosos: Uma Abordagem Epidemiológica**Anais III CIEH... Campina Grande: Realize Editora, , 2013. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/2890>. Acesso em: 11 out. 2025.

SANTOS, R. DA C. DOS; NETO, A. T. DE A.; DANTAS, C. M.; CUTRIM, C. M. S.; SALES, R. DE S. C.; SILVA, M. A.; PROSPERO, D. F. A.; NUNES, N. A. DA C. A influência da internet no processo de automedicação: uma revisão integrativa/ The influence of the internet on the self-medication process: an integrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 5, p. 4310–4323, 4 out. 2019. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv2n5-034.

SHEN, Y.; LIU, Y.; KRAFFT, T.; WANG, Q. Progress and challenges in infectious disease surveillance and early warning. **Medicine Plus**, v. 2, n. 1, p. 100071, 1 mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.1016/j.medp.2025.100071.

SILVA, A. F. DA; SILVA, J. DE P. Polifarmácia, automedicação e uso de medicamentos potencialmente inapropriados: causa de intoxicações em idosos. **Rev Med Minas Gerais**, v. 32, n. 1, p. 1–7, 2022. DOI: https://doi.org/10.5935/2238-3182.2022e32101.

SILVA, B. V.; OLIVEIRA, C. G. DE; GRABLER, G. R.; SOUZA, L. C. DE; MILAN, L. O.; BONINI, L. M. DE M. Prevalência Da Automedicação Em Mulheres. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 11, p. e2111037, 1 dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v2i11.1037.

SILVA, G. D. M. DA; BARTHOLOMAY, P.; CRUZ, O. G.; GARCIA, L. P. Avaliação da qualidade dos dados, oportunidade e aceitabilidade da vigilância da tuberculose nas microrregiões do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3307–3319, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.18032017.

SILVA NETO, A. V. DA; SOUSA, L. M. O. DE; LIMA, M. B. O Perfil De Internações Por Intoxicações Por Medicamentos Em Idosos Na Região Nordeste Entre 2012 E 2022: Um Estudo Descritivo. **Revista Ft, Ciências da Saúde, Medicina**, v. 27, n. 127, 31 out. 2023. DOI: https://doi.org/10.5281/ZENODO.10059559.

SILVA, W. B.; CONCEIÇÃO MURILO, B. M. DA; SILVA, P. I. F. DA; COSTA FILHO, I. DA; ANDRADE JÚNIOR, F. P. DE; SOUZA, C. M. P. DE. Estudo epidemiológico de idosos acometidos por intoxicação medicamentosa no estado da Paraíba: o retrato de uma década. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e176101018563–e176101018563, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18563.

VARGAS, M. E. C.; SILVEIRA, A. P. V.; CECÍLIO, SUMAYA GIAROLA; OLIVEIRA PEREIRA, L. M. DE; ROCHA TARANTO, M. F. DA; OLIVEIRA COELHO, J. C. DE; SANTOS, L. E. C.; CECÍLIO, SAMYRA GIAROLA. Fatores de risco para automedicação: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, p. e52811932188–e52811932188, 2022. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32188

VIANA, T. DE S. N.; LOBATO, T. DA S.; CARDOSO, A. L. P.; COSTA, S. L. G.; VALENTIM, L. DE A.; FERNANDES, F. DE P.; MORAES, W. P.; OLIVEIRA, S. M. S. DE. Aspectos epidemiológicos de pacientes com intoxicações exógenas em contexto amazônico brasileiro. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 1, p. 411–424, 2 jan. 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-024.

XAVIER, D. R.; ALBUQUERQUE, M. P. DE; SOUSA-CARMO, S. V. T. DE; PINTER, A. Evaluation of completeness and timeliness of data in the National Information System for Notifiable Diseases for spotted fever in the state of São Paulo, Brazil, 2007-2017. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, p. e2022416, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000200011.